

4º CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS

Braga, 4 a 6 de Março de 1992

CONCLUSÕES

GESTÃO DE DOCUMENTOS / GESTÃO DE INFORMAÇÃO

- Foi preconizada a criação de uma biblioteca de referência de carácter nacional e universal a funcionar como se de um índice informatizado se tratasse. Seria uma estrutura a funcionar em ambiente electrónico, com uma gestão partilhada.
- Verificando a necessidade de traçar em conjunto a política de localização, catalogação e difusão de informação relativa a teses de doutoramento, mestrado ou outras provas académicas do ensino superior, verificando ser urgente fazer circular a informação sobre os esforços individuais que têm vindo a ser feitos nesse sentido por algumas instituições, propõe-se uma reunião conjunta das instituições que têm vindo a dar mais atenção a este assunto.

A informação secundária nos parlamentos

1. Que seja criado um Grupo de Trabalho para a IS/IT, com o objectivo de elaborar um "estudo de situação" no nosso país.
2. Que o Grupo de Trabalho prepare um inquérito sobre a IS/IT, a distribuir largamente, e que estabeleça uma política de recuperação de respostas em número representativo e em tempo útil.
3. Que as questões colocadas permitam uma leitura clara das respostas e uma avaliação sobre:
 - os serviços ou entidades que produzam já IS/IT;
 - os serviços ou entidades que julgam útil a difusão temática deste tipo;
 - a natureza dos produtos de informação já produzidos ou considerados úteis;
 - as necessidades de formação;
4. Que a análise das respostas comporte o inventário dos produtos IS/IT actualmente elaborados, com vista ao seu estudo aprofundado e conducente a uma possível elaboração de regras gerais mínimas que possam servir de base a futuras acções de formação.
Estas regras gerais devem ter em vista, essencialmente:
 - o conteúdo (técnicas de pesquisa e selecção);
 - a forma de apresentação e de elaboração prática;
 - a política de difusão.

5. Que sejam definidos, com base na análise das respostas, perfis-tipo de utilizadores, que dêem pistas para a definição de alguns aspectos a privilegiar na elaboração das regras gerais propostas no número anterior.

Leitura especial

Atendendo a que é imperativo aperfeiçoar as condições oferecidas aos leitores que não podem servir-se dos suportes gráficos comuns e tendo em conta a necessidade de utilizar com o máximo de eficácia os meios disponíveis neste domínio, o 4º Congresso BAD recomenda às Entidades que se dedicam à leitura especial que concentrem as suas actividades no sentido de poder ser prestado um serviço com a melhor qualidade possível.

GESTÃO DE DOCUMENTOS / GESTÃO DE INFORMAÇÃO. ARQUIVOS

- Torna-se indispensável e urgente a promulgação da Lei de Bases de Arquivos, Regime Geral dos Arquivos e Património Arquivístico, bem como legislação complementar, nomeadamente o Decreto-Lei sobre gestão de documentos.
- Considera-se absolutamente necessária a estruturação do Sistema Nacional de Arquivos e imprescindível a dotação de quadros de pessoal especializado na Administração Pública.
- Considera-se muito preocupante a situação actual relativa às medidas de reestruturação anunciadas.
- Considera-se oportuno que a BAD continue a apoiar e a dinamizar os trabalhos relativos à normalização de descrição em Arquivos.
- Considera-se importante acompanhar os desenvolvimentos tecnológicos dos sistemas de gestão de informação, nomeadamente os que englobem a produção de documentos electrónicos e incluir na formação dos arquivistas não só a componente das novas tecnologias de processamento de informação mas também o planeamento de sistemas de informação.

NOVAS TECNOLOGIAS / NOVOS SUPORTES

- Face à crescente utilização das novas tecnologias/novos suportes de informação, em Portugal, que tendem a transformar radicalmente as tradicionais técnicas e métodos documentais, e ponderando as vantagens e desvantagens da sua utilização, concluiu-se pela necessidade de:
 1. Reconhecer definitivamente a necessidade da sua utilização, em regime de complementaridade com os sistemas em linha, a nível de armazenamento e recuperação de informação.
 2. Investir urgentemente na produção de CD ROMS, em Portugal, com informação portuguesa, de forma a responder às exigências e necessidades do mercado português e internacional.
 3. Investir na formação dos profissionais da informação de forma a sensibilizá-los para a necessidade de utilizar as novas tecnologias/novos suportes da informação e familiarizá-los com as técnicas da sua produção e utilização.

PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

- Considera-se indispensável uma planificação para a construção e instalação de bibliotecas que tenha em conta a necessidade de uma gestão integrada do processo.
- Considera-se ainda urgente o levantamento e estudo da situação nacional do património documental, quanto à sua preservação e conservação, com vista à definição de uma estratégia de intervenção no sector.

COMUNICAÇÕES LIVRES

Atendendo às enormes dificuldades e exigências para a apresentação e formalização das candidaturas ao Plano de Acção para as Bibliotecas das Comunidades Europeias e à reduzida participação de Portugal, propõe-se:

1. que o Ponto de Convergência Nacional avalie os resultados da 1ª candidatura àquele Plano e promova as acções adequadas para que Portugal possa participar plenamente;
2. que as associações profissionais da área da documentação e informação, assim como outros organismos afins, dinamizem este processo no sentido de alargar e fortalecer a participação do maior número de bibliotecas interessadas.

MESAS REDONDAS

Bibliotecas Universitárias

Concluiu-se pela necessidade de:

1. Realizar formas de BUs procurando, num espaço mais reduzido, abordar problemas específicos e formas de cooperação que, pela sua natureza, não podem ser abordadas integralmente em grandes assembleias.
2. Instituir um regime de cooperação planificada abrangendo toda a cadeia documental, de forma a proporcionar uma partilha de recursos que a todos beneficie e enriqueça.
3. Realçar a importância de não protelar a formação do utilizador, sensibilizando-o para uma mudança de atitude em relação ao sentido de "posse" dos recursos existentes na sua própria biblioteca.
4. Referir a importância de formulação de regulamentos para as BUs.

Bibliotecas Escolares

Incentivar novas adesões ao Grupo de Trabalho das Bibliotecas Escolares com definição de áreas de interesse

Reafirmar a necessidade da realização de sessões temáticas, como p. ex. sobre

- legislação existente
- formação dos professores na área biblioteconómica
- formação dos bibliotecários na área pedagógico/didáctica

Sobre a institucionalização da biblioteca escolar:

- questionar o seu lugar na pedagogia actual

- promover a criação de uma rede nacional de bibliotecas escolares
- promover reuniões gerais (anuais) de responsáveis por esta área - educativos ou profissionais da informação
- apresentar os resultados do trabalho que for sendo realizado quer nas publicações da Associação quer em próximos congressos

Recomenda-se ainda que se promova a publicação e/ou tradução de obras para esta área, para apoio de professores e profissionais da informação.

Automatização

1. Referiu-se a necessidade de o grupo de trabalho sobre automatização prosseguir a sua acção, tendo em vista a organização de colóquios, debates, elaboração de bibliografia especializada em Informática documental e a formulação de sugestões para cursos de formação, nesta área, tendo em vista públicos diferenciados.
2. Constatou-se que os profissionais continuam extremamente preocupados com problemas internos específicos ao caso particular da cada instituição, devido à utilização de diversos sistemas informáticos. Assim, recomenda-se que a BAD proceda ao levantamento de cada um desses sistemas, com a finalidade de apoiar troca de experiências, orientação de assessorias ou acções de formação pontuais.

IV CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECARIOS, ARQUIVISTAS E

DOCUMENTALISTAS

BRAGA

4-6 DE MARÇO 1992

M O Ç Ã O

As notícias vindas a público recentemente sobre o futuro de Instituições relacionadas com o livro, a leitura, a investigação e a documentação são de tal modo preocupantes que uma primeira reacção só pode suscitar o lacónico comentário: Não acreditamos.

Por seu turno, as medidas tomadas pela tutela no sentido de ser cerceado o direito de expressão de pensamento a Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas merece o nosso mais vivo protesto.

Pelos factos acima mencionados os Corpos gerentes da BAD apresentam à Assembleia Geral esta moção de repúdio por estes actos gravosos da dignidade dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas enquanto homens livres e profissionais rigorosos e empenhados.

- Moção aprovada por unanimidade e aclamação em Assembleia Geral realizada no dia 04 de Março de 1992.
- Aprovada por unanimidade e aclamação na sessão de encerramento do 4º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, no dia 06 de Março de 1992.

IV CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E

DOCUMENTALISTAS

BRAGA

4-6 DE MARÇO 1992

M O Ç Ã O

1. Considerando o elevado custo do livro em Portugal;
2. Considerando a reduzida capacidade económica da grande maioria da população portuguesa;
3. Considerando o elevado grau de analfabetismo ainda existente no País;
4. Considerando o preocupante nível de iletrismo que se constata entre a população portuguesa;

e, portanto, a necessidade de promover por todos os meios o gosto pela leitura em Portugal, os Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses reunidos por ocasião do seu 4^o Congresso, manifestam o seu mais vivo repúdio pela anunciada aplicação da taxa de 5% de IVA sobre o livro associando-se, assim, à Frente Nacional para a Defesa da Cultura num movimento comum em favor da revisão desta decisão por parte do Governo.

- Moção aprovada por unanimidade e aclamação na sessão de encerramento do 4^o Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 06 de Março de 1992.

IV CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E
DOCUMENTALISTAS

BRAGA

4-6 DE MARÇO 1992

M O Ç Ã O

1. Tendo em consideração as notícias recentemente vindas a público sobre a possível reestruturação dos organismos dependentes da Secretaria de Estado da Cultura;
2. Tendo em consideração o papel fundamental que alguns desses organismos, nomeadamente o Instituto Português do Livro e da Leitura e o Instituto Português de Arquivos têm desempenhado na dinamização da Leitura Pública e na reorganização dos arquivos em Portugal;
3. Tendo em consideração que as informações vindas a público indiciam a subalternização destas instituições, pela sua integração, respectivamente, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo;
4. Tendo em consideração que essa eventual integração é susceptível de pôr em risco a continuidade do Projecto da Rede de Leitura Pública e a implementação de uma Política Nacional para os Arquivos;
5. Tendo em consideração que essa integração, a verificar-se, subverte o papel da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a quem cabe preservar a memória da nação, pondo simultaneamente em risco o desempenho das suas funções específicas

os Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses, reunidos por ocasião do seu 4º Congresso, manifestam a sua profunda preocupação pelo futuro das instituições envolvidas e, simultaneamente, a sua indignação pelo facto de os profissionais não terem sido consultados.

- Moção aprovada por maioria, com 2 abstenções na sessão de encerramento do 4º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 06 de Março de 1992.

IV CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E
DOCUMENTALISTAS

BRAGA

4-6 DE MARÇO 1992

M O Ç Ã O

It was learnt with regret during the 4th National Congress of Librarians, Archivists and Documentalists that proposals for restructuring with the library and archive profession have been independently prepared by the Secretary of State for Culture for submission to the council of Ministers without allowing for consultation with the profession and urges that due consultation be undertaken before any final decisions are taken.

Dr. DWG CLEMENTS
CHAIRMAN
IFLA PROFESSIONAL BOARD

- Moção aprovada por unanimidade e aclamação na sessão de encerramento do 4o Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 06 de Março de 1992.

IV CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E
DOCUMENTALISTAS

BRAGA

4-6 DE MARÇO 1992

M O Ç Ã O

As Associações signatárias presentes no 4^o Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, atentos os aspectos técnicos debatidos e também às preocupações manifestadas sobre as anunciadas alterações na Secretaria de Estado da Cultura, expressam a sua total solidariedade com os profissionais portugueses das bibliotecas e arquivos subscrevendo igualmente as outras moções que se apresentam neste Congresso.

1. Asociacion Española de Archiveros, Bibliotecários, Museólogos y Documentalistas (ANABAD)

Vicenta Cortes Alonso, presidente

2. Associazione Italiana Biblioteche

Tommaso Giordano, presidente

3. Greek Library Association

Alexandra Papazoglou, special secretary

4. Association des Bibliothécaires Français (ABF)

Catherine Schmitt, secrétaire générale

- Moção aprovada por unanimidade e aclamação na sessão de encerramento do 4^o Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 06 de Março de 1992.

IV CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E
DOCUMENTALISTAS

BRAGA

4-6 DE MARÇO 1992

MESA REDONDA SOBRE LEITURA PÚBLICA

MOÇÃO

Desde 1987, tem vindo a ser implementada pelo Instituto Português do Livro e da Leitura e pelos Municípios uma Rede Nacional de Leitura Pública que, neste momento, envolve projectos equivalentes a um terço do território nacional e que se traduz em 90 Bibliotecas Públicas Municipais.

Destas bibliotecas, 17 foram já inauguradas, mais 21 estarão abertas até ao fim de 1992, e outras 39 estão em fase de execução, representando um investimento de cerca de 13 milhões de contos repartidos entre o Estado e as Autarquias.

Para além destas bibliotecas o programa da Rede Nacional de Leitura Pública criou expectativas nacionais que não deverão ser defraudadas, nomeadamente nas autarquias que estão já a preparar as suas candidaturas.

A implementação deste projecto está já a influir qualitativamente nos hábitos culturais das populações e significará o pôr em prática da maior rede coerente de infraestruturas culturais jamais realizadas em Portugal.

A cobertura de todo o país com bibliotecas públicas é um instrumento indispensável no combate ao iletrismo e ao analfabetismo, um factor de desenvolvimento e um agente fundamental na garantia do direito à informação e à cultura na Constituição da República Portuguesa e no Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas.

A eventual extinção do IPLL colocaria em causa um projecto com a dimensão cultural referida, que não teria jamais a estrutura e a dimensão de uma rede eficaz e integrada, assim como frustraria as legítimas expectativas dos agentes económicos que se desenvolveram em sua função.

Não podemos deixar de manifestar a nossa perplexidade pelo facto de não terem sido consultados os intervenientes neste processo, nomeadamente a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim, os bibliotecários, arquivistas e documentalistas, reunidos em Congresso, manifestam o seu mais vivo repúdio pelas notícias da extinção do IPLL e a sua preocupação pelo futuro de um projecto que, repetimos, está a contribuir decisivamente para o acesso das populações ao livro, à cultura e à informação, condição indispensável para garantir um desenvolvimento harmonioso do país.

- Moção aprovada por unanimidade e aclamação na sessão de encerramento do 4º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 06 de Março de 1992.

Congresso dos bibliotecários repudia extinção do IPLL

Os participantes no IV Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas declararam ontem, no seu encerramento, «guerra aberta» à Secretaria de Estado da Cultura.

Na presença do próprio Presidente do Instituto Português do Livro e da Leitura, foi aprovado um conjunto de moções, na generalidade todas elas contra a anunciada reestruturação da SEC, que compreende a extinção do IPLL e do IPA.

Os bibliotecários, arquivistas e documentalistas criticaram, de igual forma, a implantação da taxa do IVA no livro.

A eventual extinção ou subalternização do Instituto do Livro e da Leitura mereceu também forte contestação, já expressa durante o decorrer do congresso. Neste âmbito, estes profissionais queixaram-se de terem sido esquecidos e subalternizados pelo poder político na anunciada reestruturação da SEC.

Recorde-se que a proposta de Santana Lopes prevê a integração do IPLL na Biblioteca Nacional e o Instituto Português de Arquivos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A sessão de encerramento do congresso foi presidida pelo responsável máximo do IPLL.

Artur Anselmo disse que a reforma, tal como foi anunciada não projecto da Secretaria de Estado da Cultura (SEC) «vai nivelar o nosso país pelos mais atrasados países do mundo em matéria de leitura pública».

Artur Anselmo afirmou não compreender que, «sendo nós por uma Europa evoluída, não queiramos seguir a Europa no que ela tem de



Três moções de repúdio da anunciada reestruturação da SEC

melhor, e os países da Europa têm uma grande Direcção-Geral do Livro e da Leitura».

«E por que é que Portugal não há-de ter?», questionou o dirigente do IPLL.

Na sua intervenção, Artur Anselmo referiu-se também ao facto de ter circulado no congresso um despacho da Secretaria de Estado da Cultura «impondo censura aos participantes» relativamente às questões relacionadas com as reformas anunciadas.

Por outro lado, confirmou o envio de uma carta ao Primeiro-Ministro pedindo-lhe que prevaleça o bom-senso e «pondo-me à disposição para discutir, em boa paz, civilizadamente, ideias».

Artur Anselmo disse que tentou sempre resolver a crise da leitura que hoje em dia existe, através do diálogo, e criticou o facto de a Directora da Biblioteca Nacional nunca ter «nem sequer telefonado para responder ao apelo do Presidente do IPLL para encontro de formas que resolvam a crise».

A primeira das moções aprovadas pelos 600 congressistas refere que a eventual extinção do IPLL colocaria em causa um projecto que «não teria jamais a estrutura e a dimensão de uma rede eficaz e integrada, assim como frustraria as legítimas expectativas dos agentes económicos que se desenvolveram em sua função».

Acrescenta que, para além do projecto das 90 bibliotecas, que cobrirão um terço do País, o programa do IPLL «criou expectativas nacionais que não deverão ser defraudadas, nomeadamente nas autarquias que estão já a preparar as suas candidaturas».

A moção manifesta «o seu mais vivo repúdio» pelas notícias de extinção do IPLL.

Um outro documento aprovado por unanimidade manifesta «vivo repúdio pela aplicação da taxa do IVA ao livro».

A terceira moção considera que a reestruturação dos organismos dependentes da SEC «indicia a subalternização de institutos como o IPLL e o IPA, subvertendo-se o papel da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo».

Uma comissão de congressistas foi ontem recebida pelo Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Mário de Almeida, o qual afirmou que «mais uma vez os municípios, a concretizar-se a extinção do IPLL, irão ser defraudados em termos financeiros».

Ao contrário do que estava previsto, o Sub-Secretário de Estado da Cultura, Sousa Lara, não esteve presente no encerramento do congresso, alegando afazeres profissionais.



Artur Anselmo: «reforma vai nivelar o nosso país pelos mais atrasados países do mundo»